



Tribunal de Contas da União
Secretaria de Fiscalização de Energia Elétrica

Racionalização dos subsídios custeados pelo consumidor de energia elétrica

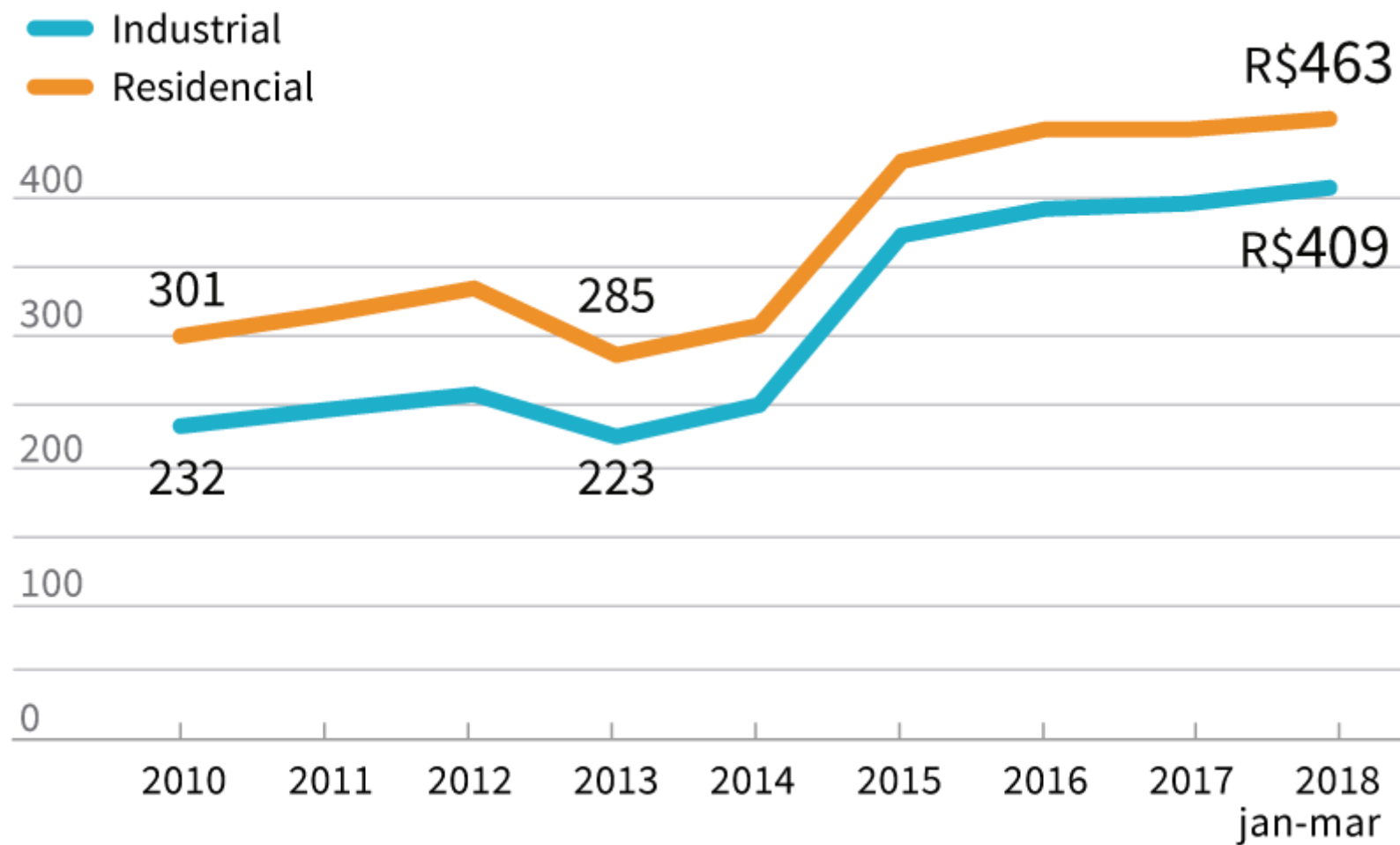
Manoel Moreira de Souza Neto
Secretário



Objetivo dessa apresentação

- 1 – Situar sobre a visão do TCU acerca da política tarifária e suas ações de fiscalização
- 2 – Apresentar o diagnóstico do TCU sobre os subsídios do setor elétrico
- 3 – Apresentar os problemas e soluções/medidas corretivas propostas pela Unidade Técnica do TCU sobre os subsídios do setor elétrico

Política tarifária, temos uma?

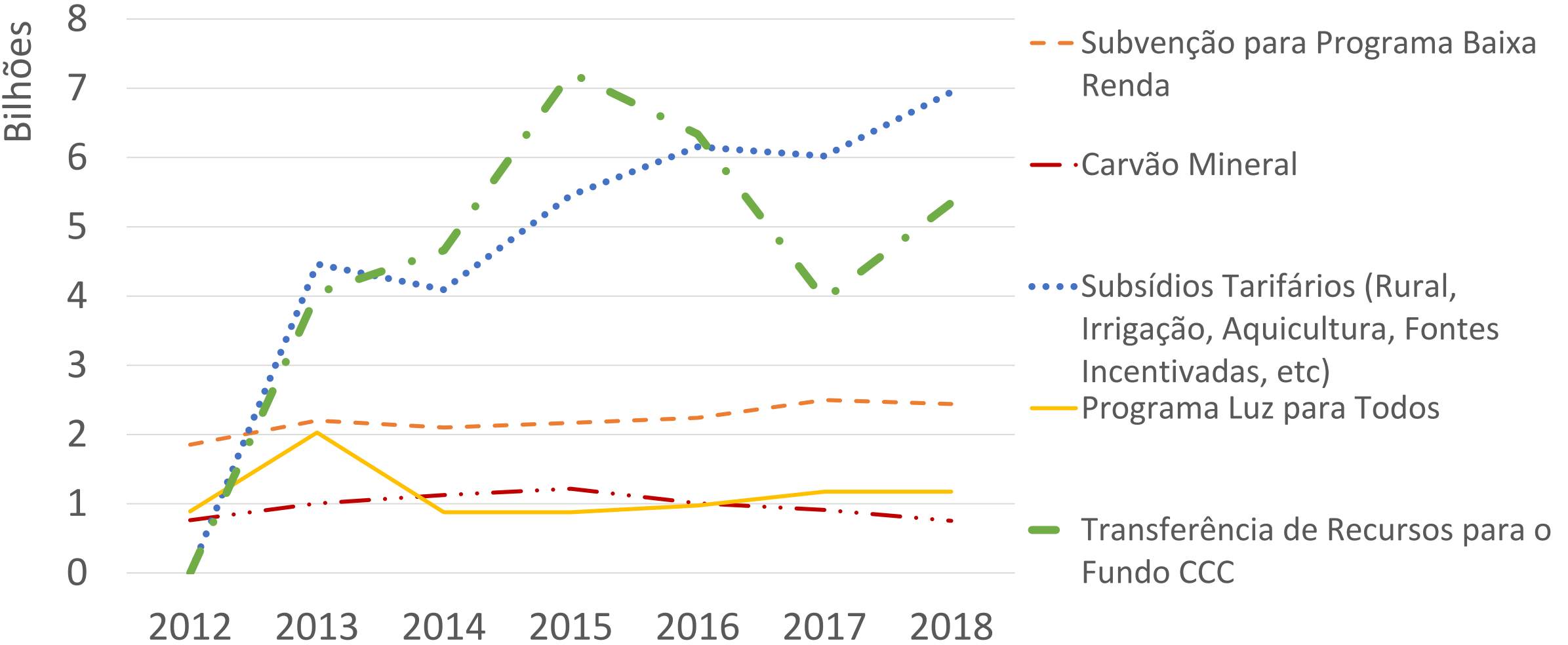


Fonte: Dados da Aneel – Infográfico Gazeta do Povo

A Política tarifária concorre com o quê?

- 1 – Política Tributária
- 2 – Política de arrecadação nas renovação de outorgas (fiscal x setorial)
- 3 – Distribuição/disfunção na alocação de riscos de geração (cotas)
- 4 – Mecanismos insuficientes de sinalização de custos de geração
- 5 – Indenização da transmissão (RBSE)
- 6 – Ineficiências diversas (ex.: distribuidoras privatizadas - interligações Norte/Nordeste – Angra – Itaipu...)
- 7 – Sinais de esgotamento do modelo para expansão sustentável do setor
- 8 – Subsídios...

Os gastos com subsídios CDE têm aumentado e já chegaram a R\$ 18,5 bi em 2018



Fonte: Resoluções Homologatórias Aneel

... são distribuídos para uma grande quantidade e **variedade** de beneficiários...

PROD. RURAIS
ATIVIDADE
AGROPECUÁRIA

TRABALHADORES
RURAIS

FAMÍLIAS COM
BAIXA RENDA

GERADORAS
FONTES
INCENTIVADAS

PROD. RURAIS
AGRICULTURA
SUBSISTÊNCIA

APOSENTADOS
RURAIS

FAMÍLIAS COM
BPC

CONSUM. LIVRES
DE FONTES
INCENTIVADAS

IRRIGANTES

INDÚSTRIAS DE
TRANSFORMAÇÃO
AGRÍCOLA

POP. RURAL SEM
ACESSO A
ENERGIA

DISTRIBUIDORAS
PEQUENO PORTE

ESCOLAS
AGROTÉCNICAS

SERVIÇO PÚBLICO
IRRIGAÇÃO

GERADORAS
SISTEMAS
ISOLADOS (CCC)

TERMELÉTRICAS
A CARVÃO
NACIONAL

	Beneficiários diretos		Previsão normativa
Rural	A	Residência utilizada por trabalhador rural ou por trabalhador aposentado nesta condição	Art. 1º, V do Decreto 7.891/2013 c/c o art. 16, § 1º, I do Decreto 62.724/1968.
Rural	B	Produtores rurais que exerçam agricultura de subsistência	Art. 1º, V do Decreto 7.891/2013 c/c o art. 16, § 1º, II, alínea “a”, do Decreto 62.724/1968.
Rural	C	Produtores rurais devidamente comprovados, cuja carga elétrica instalada em suas unidades seja predominantemente destinada à atividade agropecuária	Art. 1º, V do Decreto 7.891/2013 c/c o art. 16, § 1º, II do Decreto 62.724/1968.
Rural	D	Indústrias de transformação ou beneficiamento de produtos advindos diretamente da agropecuária, desde que a potência posta a sua disposição não ultrapasse 112,5 kVA	Art. 1º, V do Decreto 7.891/2013 c/c o art. 16, § 2º do Decreto 62.724/1968.
Rural	E	Prestadores de serviço público de irrigação rural	Art. 1º, V e VII do Decreto 7.891/2013 c/c o art. 16, § 3º, alínea “a” do Decreto 62.724/1968.
Rural	F	Escolas agrotécnicas sem fins lucrativos situadas em zona rural	Art. 1º, V do Decreto 7.891/2013 c/c o art. 16, § 3º, alínea “b” do Decreto 62.724/1968.
Rural	G	Cooperativas de eletrificação rural	Art. 1º, inciso VI do Decreto 7.891/2013

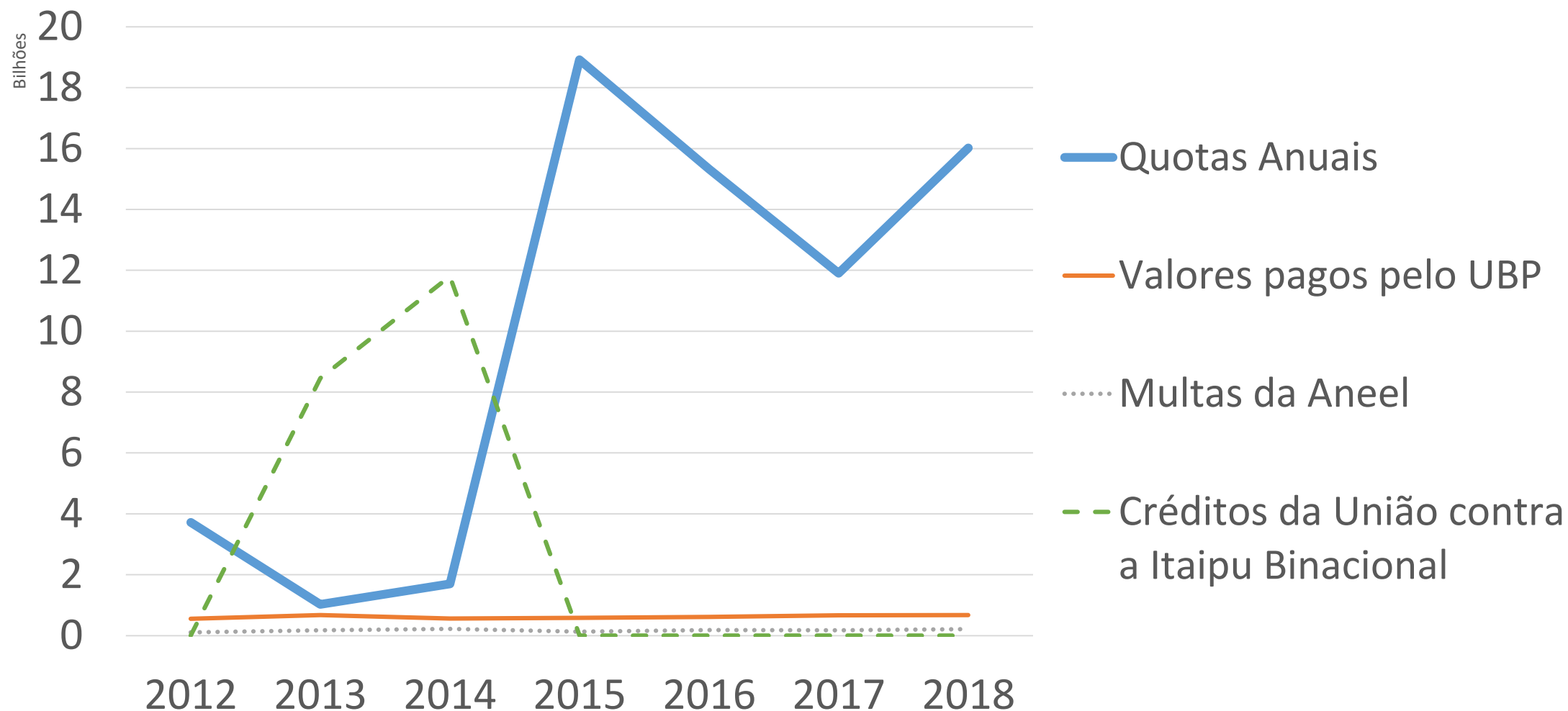
Irrigação e Aquicultura	H	Produtores rurais na parcela de consumo destinada à atividade de irrigação e aquicultura desenvolvida em horário especial	Art. 25 da Lei 10.438/2002 c/c o art. 1º, II do Decreto 7.891/2013 e a Portaria do Ministério da Infraestrutura 45/1992.
Tarifa Social	I	Famílias com baixa renda, inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, ou que tenham entre os seus membros titular do benefício de prestação continuada da assistência social ou dependentes de aparelhos médicos.	Lei 12.212/2010, Decreto 7.583/2011 e Portaria Interministerial MME/MS 630/2011.
Programa Luz para Todos	J	Parcela da população situada em áreas rurais sem acesso ao serviço de energia elétrica	Art. 13, inciso I, da Lei 10.438/2002 c/c os Decretos 4.873/2003 e 7.520/2011 – Programa “Luz para Todos”.
Água, Esgoto e Saneamento	K	Prestadoras dos serviços públicos de água, esgoto e saneamento	Art. 1º, IV do Decreto 7.891/2013 c/c o art. 20 do Decreto 62.724/1968.

Sistemas Isolados (CCC)	L	Indústrias geradoras de energia elétrica com base em combustíveis fósseis situadas notadamente na Região Norte, no âmbito de sistemas elétricos isolados das áreas de concessão das distribuidoras Amazonas Energia, Companhia de Eletricidade do Amapá, Boa Vista e Centrais Elétricas do Pará	Lei 12.111/2009 e Decreto 7.246/2010.
Fontes Incentivadas	M	Indústrias de geração de energia elétrica por meio de pequenos empreendimentos hidrelétricos, usinas solares, eólicas, de biomassa ou com base em cogeração qualificada	Art. 26, §§ 1º, 1º-A e 1º-B da Lei 9.427/1996 c/c o art. 1º, I do Decreto 7.891/2013.
Fontes Incentivadas	N	Unidades consumidoras com demanda maior ou igual a 500 kW, em geral indústrias e grandes comércios (consumidores livres), compradores de energia elétrica gerada pelas fontes incentivadas acima mencionadas	Art. 26, §§ 1º, 1º-A e 1º-B da Lei 9.427/1996 c/c o art. 1º, I do Decreto 7.891/2013.
Distribuidoras de Pequeno Porte	O	Agentes de distribuição de pequeno porte (até 700 GWh/ano)	Art. 3º, XI da Lei 9.427/1996 c/c o Art. 6º, I do Decreto 9.022/2017.
Carvão Nacional	P	Usinas termelétricas que utilizem carvão mineral nacional como combustível	Inciso V, §4º e §4º-A do Art. 13 da Lei 10.438/2002, c/c o Art. 4º, IV e 5º do Decreto 9.022/2017.

...que constituem benefícios **quase perpétuos**, ainda que sem eficácia comprovada, na maioria dos casos, para resolver determinado problema social ou demanda de mercado...

	Criação	Anos de existência	Prazo para término	Normativo originário
Carvão Nacional	1973	45	2027	Lei 5.899/1973
CCC	1973	45	Não há	Lei 5.899/1973
Água, Esgoto e Saneamento	1992	26	Não há	Portaria Ministério da Infraestrutura 42/1992
Rural	1992	26	Não há	Portaria Ministério da Infraestrutura 42/1992
Irrigação e Aquicultura ¹	1992	26	Não há	Portaria Ministério da Infraestrutura 45/1992
TSEE ²	1993	25	Não há	Portaria-DNAEE 922/1993
Fontes Incentivadas	1996	22	Não há	Lei 9.427/1996
Distribuidoras de pequeno porte ³	2002	16	Não há	Lei 10.438/2002
Luz para Todos	2003	15	2018	Decreto 4.873/2003

... Com cerca de **87%** desses **R\$ 18,5 bi** arcados pelos consumidores de energia, o que responde por **10%** do valor da tarifa de energia.



Fonte: Orçamento CDE

E há chance de que se criem **novos subsídios** e que aumente a tarifa.

Impacto de 25 Projetos de Lei sobre subsídios CDE (2015-2017)

O projeto de leicria e/ou amplia subsídio na CDE?					
			SIM		NÃO		NEUTRO	
			Abs.	(%)	Abs.	(%)	Abs.	(%)
... aumenta, de alguma forma, a pressão tarifária de serviços públicos de energia elétrica?	SIM	Abs.	16	64%	1	4%	0	0%
	NÃO	Abs.	1	4%	3	12%	0	0%
	NEUTRO	Abs.	4	16%	0	0%	0	0%

Fonte: SeinfraElétrica

Instituições filantrópicas Cooperativas eletrificação rural Hospitais Postos de Saúde (...)

O que a fiscalização do TCU identificou?

- ✓ **Custei indevido** pelos consumidores de e.e. de certos subsídios;
- ✓ **Inexistência de avaliação e monitoramento mínimos da eficiência** da maioria dos subsídios custeados pela CDE;
- ✓ **Insuficiência na fiscalização operacional** na concessão desses subsídios.

Processo TC 032.981/2017-1 (ainda não julgado), mas com Relatório, Voto do Relator e Minuta de deliberação públicos: ATA da Sessão Plenária do dia 21/11/2018, pág. 1211 – 1286. link acesso: https://portal.tcu.gov.br/atas/TCU_ATA_0_N_2018_46.pdf

Custei indevido pelos consumidores

Subsídio	Beneficiários diretos	
Rural	A	Residência utilizada por trabalhador rural ou por trabalhador aposentado nesta condição
	B	Produtores rurais que exerçam agricultura de subsistência
	C	Produtores rurais devidamente comprovados, cuja carga elétrica instalada em suas unidades seja predominantemente destinada à atividade agropecuária
	D	Indústrias de transformação ou beneficiamento de produtos advindos diretamente da agropecuária, desde que a potência posta a sua disposição não ultrapasse 112,5 kVA
	E	Prestadores de serviço público de irrigação rural
	F	Escolas agrotécnicas sem fins lucrativos situadas em zona rural
	G	Cooperativas de eletrificação rural
Irrigação e Aquicultura	H	Produtores rurais na parcela de consumo destinada à atividade de irrigação e aquicultura desenvolvida em horário especial
Água, Esgoto e Saneamento	K	Prestadoras dos serviços públicos de água, esgoto e saneamento

Custei indevido pelos consumidores

Fundamentos

- ✓ **Incompatibilidade desses subsídios, arcados pelo consumidor, com a política setorial, em afronta à Constituição Federal**

determinar ... que:

em conformidade com a política tarifária do setor elétrico e à luz dos princípios da unidade e da universalidade orçamentária, corolários dos artigos 165, § 5º, e 167, inciso I, da Constituição Federal, ao homologar tarifas dos agentes de distribuição e ao definir o valor das quotas anuais da CDE, conforme art. 2º, §2º, do Decreto 9.022/2017, **não permita o custeio dos subsídios “Rural”, “Irrigação e Aquicultura” e “Água, Esgoto e Saneamento” pelos consumidores de energia elétrica**, mas ao contrário disso, leve em conta as demais fontes de recurso previstas na Lei 10.438/2002;

Avaliação e monitoramento falhos/inexistentes

Proposta da Unidade Técnica do TCU

determinar à Casa Civil da Presidência da República (CCPR) que, em consonância com as competências definidas no art. 3º, I, “a” e “d”, da Lei 13.502/2017, articule com os ministérios setoriais:

- a) a **definição dos órgãos responsáveis pela avaliação finalística dos resultados alcançados pelos subsídios da CDE** e a incorporação dos subsídios da CDE entre as iniciativas de programas federais já existentes no Plano Plurianual (PPA), de modo que tais órgãos:
- b) **avaliem se os subsídios incluídos como ação nos respectivos programas devem ser mantidos, alterados ou extinguidos**, considerando-se, no mínimo, a respectiva utilidade, disponibilidade orçamentária e compatibilidade com o interesse público, e adote as providências cabíveis com vistas à concretização das referidas manutenções, alterações ou extinções, identificando, se for o caso, alternativas para mitigar impactos da eventual retirada do subsídio; e
- c) definam **objetivos, indicadores e metas para os subsídios mantidos**.

Fiscalização operacional ineficiente

Beneficiários do subsídio à irrigação e aquicultura com outorgas de uso de água (CEB 2016)

	...com registros de outorga de água na...			... que <u>não</u> tem registro em nenhuma Agência	
	Adasa	ANA	Adasa ou ANA	Valor absoluto	%
Quantidade de titulares de UC beneficiadas ...	47	20	54	61	53,04%
Total de subsídio recebido ...	R\$ 274.136,61	R\$ 824.918,68	R\$ 1.032.649,28	R\$ 2.760.240,47	72,77%

Fiscalização operacional ineficiente

Proposta da Unidade Técnica do TCU

Determinar à Aneel que, em consonância com os arts. 4º, XIV; 16, caput e V; 17, caput, do Decreto 2.335/1997, apresente plano de ação com vistas a assegurar que, além dos subsídios CCC e TSEE, **os demais subsídios custeados pela CDE também passem a ser fiscalizados quanto ao atendimento dos requisitos legais e regulamentares de elegibilidade à fruição desses subsídios**, contendo, no mínimo:

- i) as ações a serem adotadas; e
- ii) os responsáveis e os prazos para implantação do conjunto de ações, limitado ao horizonte de dois anos;

PERSPECTIVAS DE RACIONALIZAÇÃO



1. Dar **concretude à redução estrutural** de despesas da CDE prevista pela **Lei 13.360/2016** – GT MME
2. Identificar os **ministérios responsáveis pela avaliação finalística** de cada um dos 9 tipos e 16 subtipos de subsídios da CDE – pertinência temática
3. Avaliar a conveniência de **manter**, de **modificar** ou de **extinguir** subsídios que não mais façam sentido
4. Dar ampla **transparência** e divulgação qualificada dos gastos com subsídios da CDE, a fim de permitir o **controle social** e a ciência do Congresso Nacional
5. Passar a **fiscalizar a regularidade** do recebimento de **alguns dos subsídios** da CDE

OBRIGADO

